

Memoriais

Memorial¹

Valter Duarte Ferreira Filho

Descrição da trajetória docente como requisito para promoção da Categoria de Professor Associado para a Categoria de Professor Titular de Ciência Política da UERJ

Diferente do *curriculum vitae*, que relaciona títulos e trabalhos numa disposição em que tende a prevalecer certo caráter aritmético e a praticamente impor avaliação quantitativa, o memorial liberta o candidato para mostrar que, para além da quantidade de feitos que relaciona, há a qualidade dos feitos, aquilo que mais o sensibiliza e que se mostra rebelde contra os limites das metrificas, ou seja, dos números que em todas elas tentam conter num sistema, sem sucesso, a qualidade da vida e dos seus atos de criação.

Na pura e simples exposição de meu *curriculum vitae*, está lá na relação de títulos: a graduação em Medicina em 1973 e a graduação em Ciências Sociais em 1978, além do mestrado em Ciência Política em 1983 e o doutorado em Economia em 1997. Mas será que eu gostaria de dizer apenas que tenho duas graduações, um mestrado e um doutorado, títulos, todos eles, em áreas diferentes? Se me entrego aos limites do *curriculum vitae*, sim. Tratando-se de memorial, não. Num memorial, tanto é preciso quanto é possível para o candidato mostrar, mais do que o respeito acadêmico formal, o encantamento que têm, para ele, num sentido muito terno e íntimo, a sua carreira e os seus títulos.

Com efeito, na redação do parágrafo anterior, foi proposital a divisão dos quatro títulos dois a dois. Relacioná-los como se estivessem numa sequência reta poderia não destacar e até esconder as duas significativas descontinuidades às quais essa divisão se refere e que num memorial podem e devem ser esclarecidas.

¹ Este memorial foi defendido no dia 11 de junho de 2019. A banca examinadora foi composta pelos Professores Lená Medeiros de Menezes (presidente), José Augusto Messias, André Leonardo Chevitarese, Guilherme Castelo Branco e Reinaldo Castro Souza.

A primeira delas tem a ver com a transição profissional de Medicina para Ciências Sociais que foi preparada ainda em tempos de Estado da Guanabara. Médico residente do Hospital Estadual São Sebastião, após ter sido bolsista acadêmico do Hospital Estadual Sousa Aguiar durante dois anos, fiz minha inscrição no exame vestibular para o curso de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da UERJ, por ser à noite, e passei.

Ano e meio depois, fui aprovado no concurso público do INAMPS em duas especialidades: Clínica Médica e Alergia e Imunologia Clínica. Mas enquanto aguardava nomeação e posse - que, felizmente, demoraram -, e cursava a graduação em Ciências Sociais, soube que poderia, por ter curso superior completo, candidatar-me ao mestrado em Ciência Política do IUPERJ. Assim, com apenas dois anos de graduação em Ciências Sociais fui selecionado para o programa daquela instituição, o que me permitiu, no ano seguinte, receber a bolsa do CNPq que tanto precisava para enfrentar a forte pressão familiar para que trabalhasse como médico.

Passei, então, a viver algo incomum. Como precisava profissionalizar com urgência na área de Ciências Sociais e, na época, as dificuldades de completar o mestrado eram enormes, fiz os créditos necessários no IUPERJ ao mesmo tempo em que, à noite, completei os dois anos que me faltavam para obter o diploma de bacharel em Ciências Sociais na UERJ. Daquele modo, consegui logo um diploma na área e me candidatei a dar aulas, o que não demorou a acontecer. Foi o que me livrou de ter de aceitar a convocação para nomeação e posse nas duas especialidades médicas no INAMPS que, como era inevitável, chegou. Apesar de meus pais lamentarem, a mudança profissional aconteceu. Por isso, nunca mais trabalhei como médico, embora continue habilitado. Era, enfim, professor de disciplinas de Ciências Sociais. Na época, professor de Sociologia em faculdades particulares e no IFCS, onde comecei como professor colaborador. Em Ciência Política, a oportunidade demorou um pouco, mas chegou: primeiro na UERJ e, em seguida, na PUC, um ano antes de defender minha dissertação no IUPERJ e obter o grau de mestre em Ciência Política.

Quanto à segunda relação descontínua dos títulos, a do mestrado em Ciência Política para o doutorado em Economia, é a que mais precisa de esclarecimentos. Não deixei de ser cientista social. Mais precisamente: não deixei de ser cientista político para ser economista. Sei que não tendo graduação em Economia não posso ser considerado economista. O CORECON não me aceitaria como tal. Mas isso não me livra de que leiam meu *curriculum vitae* como se no ponto mais alto de meus títulos tivesse chegado a essa disciplina convencido de ter encontrado nela a minha melhor fase, a maior das

minhas conquistas intelectuais, o mais avançado de meus conhecimentos, como algo que terá superado tudo que estudei nas etapas anteriores.

Em relação ao que estudei, descobri e desenvolvi, sim. Para ser economista, não. Não sou economista; jamais serei. É impossível que eu seja economista. Por uma incrível ironia, descobri que *economia* não existe. Sem dúvida, descobri que *ordem econômica* não existe. Mas só foi possível desenvolver uma tese a respeito dessa descoberta no Instituto de Economia da UFRJ, a cujos professores agradeço a oportunidade de defendê-la e manifesto minha admiração pela inteligência, pela honestidade intelectual e pela integridade acadêmica da qual a UFRJ deve se orgulhar.

Sem dúvida, reconheço, que tudo que escrevi até agora merece maiores detalhes e muitos esclarecimentos. Só que esta parte é a da introdução do memorial, cuja finalidade veio a ser a de dar exemplos indicativos da sua muito maior significação quando comparado ao *curriculum vitae*. Assim feito, vamos passar às partes em que o dividimos, obedecendo às atribuições universitárias definidas na Constituição da República Federativa do Brasil: ensino, pesquisa e extensão, acrescentando a lembrança de outras atividades decorrentes da minha vida acadêmica e a importância das minhas atividades administrativas.

Ensino

Com a graduação em Ciências Sociais e a obtenção integral dos créditos do mestrado em Ciência Política, estando em pleno processo de elaboração da dissertação final, consegui minhas primeiras oportunidades para ser professor universitário. De início, só havia em Sociologia. Não foi problema. Minha afinidade com Sociologia, o prazer de praticá-la, fosse estudando ou lecionando, que permanece em mim até hoje, fez aqueles anos de intenso trabalho serem cansativos, mas em nada penosos para alguém como eu que encontrara o caminho que havia procurado durante os anos em que trabalhara como médico por pura e simples necessidade.

Comecei no ensino privado. Em pouco tempo consegui desenvolver a competência que me deu condições de aceitar um inesperado convite para ser professor do IFCS da UFRJ. Na época, embora na fase chamada de *abertura*, não havia concurso público, ou pelo menos em número suficiente para dotar as universidades públicas do número de professores que precisavam. Por isso, muitos diretores e chefes de departamento da UFRJ, com muita coragem, promoveram várias contratações temporárias, sempre por meio de processos informais, muitas vezes decididos pela aceitação ou rejeição dos alunos após

um semestre ou dois de regência de turma por parte do professor colaborador, autêntico candidato a vagas que não sabia se um dia existiriam.

Foi numa daquelas iniciativas que me veio a oportunidade oferecida pelo então chefe do Departamento de Ciências Sociais, o professor Antônio Celso Alves Pereira, mais tarde reitor da UERJ. Com bom aproveitamento da experiência docente que tivera na Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, na Faculdade de Administração Guanabara (SESAT) e no Instituto Superior de Ensino Celso Lisboa, fui aprovado pelas mais rigorosas comissões julgadoras que já me examinaram: as turmas formadas por alunos do curso de Ciências Sociais e as turmas formadas por alunos do curso de Filosofia do IFCS, pois fora designado para dar aulas nos dois cursos. Assim, após aquele duríssimo e informal estágio probatório, com outros professores que da mesma maneira passaram por ele com sucesso, tive meu contrato de professor colaborador alterado para contrato de auxiliar de ensino e, por força do Decreto 85.487, de 11 de dezembro de 1980, que estabeleceu um plano de carreira docente para as universidades federais, fui promovido a Professor Assistente.

Não abri mão, porém, das possibilidades de trabalhar no período da noite e aos sábados. Era muito forte, como hoje, a minha paixão pelo magistério. Por isso pude aproveitar a oportunidade oferecida pela UERJ, que passava pelos mesmos problemas por precisar de professores e não poder abrir concursos públicos. Indicado pelo professor Aquiles Cortes Guimarães, professor de Filosofia, também do IFCS, onde conhecera o meu trabalho, fui contratado pela UERJ, tendo de passar pelo mesmo tipo informal de estágio probatório da época. E, uma vez aprovado, ainda horista, comecei a parte de minha carreira docente que acumulo lícitamente com a carreira da UFRJ.

Vale dizer que, enquanto na UERJ não me foi oferecido aumento de carga horária que me possibilitasse dispensar a suada remuneração que recebia nas faculdades particulares, o que durou pelo menos cinco anos, lecionei um total que variou de 32 a 44 horas-aula por semana. Certo que já não lecionava mais na Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá nem no Instituto Superior de Ensino Celso Lisboa. Porém, foi o tempo em que lecionei também na Pontifícia Universidade Católica, PUC, no Departamento de Sociologia e Política. Mas assim que a UERJ, na metade do ano de 1987, se propôs a mudar meu regime de trabalho, concedendo horas de pesquisa, aceitei e pude me concentrar somente na própria UERJ e na UFRJ, nas condições de trabalho em que estou até hoje.

Da minha carreira docente, no que diz respeito a ensino, nada fala melhor do que as muitas homenagens que recebi dos alunos. Em solenidades de

colação de grau recebi 21 (vinte e uma) homenagens, sendo que 6 (seis) dessas homenagens como paraninfo de turma. Mas é preciso considerar que essas solenidades de colação só passaram a ser feitas com frequência por alunos de Ciências Sociais nos anos 90, mais precisamente de 1995 para cá. E devo dizer que no caso do curso de Ciências Sociais da UERJ, as turmas da noite, para as quais leciono, por falta de recursos, somente 8 (oito) vezes fizeram essas solenidades até 2010, sendo que em todas elas fui homenageado especial ou paraninfo. Daí um grande orgulho, uma grande emoção que só pode ser comunicada num memorial. É fato para ser destacado também, embora em menor quantidade - porque igualmente de 100% de aproveitamento, como hoje se diz -, aquele de as duas turmas de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ, manhã e noite, de 1987, as únicas daquela unidade para as quais lecionei Sociologia nos anos 80, terem me escolhido como homenageado especial em suas cerimônias de colação de grau.

No IFCS, tive a honra de ter recebido 10 (dez) vezes essas homenagens, 3 (três) delas como paraninfo de turma. Porém, não foram as únicas homenagens que recebi dos alunos daquela casa. Algumas vezes recebi convites e os aceitei para dar a aula inaugural do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, o CACIS. Sim, tudo muito informal, nem sempre comprovado por meio de declarações escritas e assinadas por dirigentes estudantis. Não importa. O bom sentimento não é afetado por isso. Coisa de estudantes, que bem entendo porque nunca deixei de ser.

Não tenho dúvidas de que contribuíram e foram decisivos para isso o respeito pelos alunos, o prazer de conviver com eles, a assiduidade, o empenho na preparação das aulas e o tratamento criativo dado aos autores e aos textos. Além disso, o caráter interdisciplinar de minha apresentação dos temas. Desde os tempos em que estive a lecionar mais Sociologia do que Ciência Política, usei e desenvolvi conhecimentos de História, de Antropologia e de Filosofia, bem como de outras disciplinas às quais posso recorrer ou citar conforme o tema.

Assim, todos os pensadores de Sociologia ou de Ciência Política com os quais trabalho em minhas aulas têm recebido tratamento interdisciplinar. Não os citarei, numa lista inevitavelmente longa, pois seria contraproducente para os objetivos deste memorial. Neste ponto, o que quero é dizer que esse é o caráter de minhas aulas e de tudo o que faço na vida acadêmica: a interdisciplinaridade. Como será possível reforçar na parte sobre pesquisa, digo que não sou um especialista. Não consigo ver no pensamento científico apenas ciência; não consigo ver no pensamento religioso apenas religião; não consigo ver no pensamento sociológico apenas sociologia; não consigo ver no

pensamento político apenas política. E por aí vai o que mais tento estimular nos estudantes: que não aceitem limites para o pensamento, principalmente quando este se quiser insofismável, indiscutível e neutro, velha ambição, desejo inconfessável em muitos cientistas de serem divinos e não humanos.

Quanto à minha participação em programas de pós-graduação, que não é das mais extensas, não é devida à falta de competência para ser professor de pós-graduação ou orientador de mestrado e de doutorado. É certo que tive poucas oportunidades, mas confesso que também não as procurei. Deve-se isso a problemas que deverei esclarecer francamente na parte relativa às minhas atividades de pesquisa. Porém, antes do esclarecimento, creio que seja importante antecipar os motivos: solidão intelectual e responsabilidade. A propósito dessa solidão, cumpre dizer que não me ocorre na graduação, quando os alunos estão por ganhar formação intelectual. Ela ocorre na pós-graduação, quando os alunos, muitas vezes pela própria aprovação no exame de seleção para o programa, tendem a se sentir formados, embora se digam carentes de informações e de instrumental metodológico.

Para concluir esta parte, lembro que no curso de Ciências Sociais da UERJ, os alunos são obrigados a apresentar monografia e a defendê-la como requisito parcial final. É uma obrigação dos estudantes que leva muito trabalho para os professores e da qual não tenho fugido. No meu caso, tenho até o momento um total de 64 (sessenta e quatro) orientações concluídas e mais 97 (noventa e sete) participações em banca, todas com monografias aprovadas. E tenho de somar a isso, como parte da minha dedicação aos alunos, as minhas orientações de iniciação científica tanto na UERJ quanto na UFRJ, todas com bolsas da FAPERJ, em especial, na linha de pesquisa sobre política brasileira contemporânea.

Pesquisa

Assim que terminei a graduação na UERJ e os créditos de mestrado no IUPERJ, comecei a procurar o tema de minha dissertação. Queria encontrá-lo numa das obsessões da minha vida, num fato que tomara conhecimento aos dezesseis anos de idade e me levava a perguntar sobre ele a todas as pessoas que pensei que me pudessem explicá-lo, mas que não souberam: a grande crise mundial do capitalismo dos anos 30, a chamada *Grande Depressão* em seguida à quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929.

Sempre me impressionaram aquelas fotos e filmes de imensas filas formadas por desempregados em busca de um prato de sopa, também os muitos papéis espalhados no prédio da bolsa e nas ruas, as histórias de fortunas

que haviam sido formadas e haviam desaparecido da noite para o dia, as histórias de suicídios, as pessoas sem terem o que fazer, sem terem o que comer, o mundo parando a partir dos Estados Unidos, a produção de cobre e de salitre no Chile parada e sem comprador, a queima de café no Brasil, gente passando fome e a produção sendo jogada fora, terras férteis sem utilização, gente sabendo trabalhar e as fábricas paradas. O que era aquilo? Ouvira dizer que um economista inglês, John Maynard Keynes, era quem teria proposto a saída correta. Resolvi ler Keynes, a *Teoria Geral do Juro do Emprego e do Dinheiro*. Não conseguia entender nada. Ninguém me ajudava, nem mesmo os livros de história das doutrinas econômicas, nem a leitura de comentadores que diziam ser especialistas em Keynes. Mas não desisti.

Ao lado daquilo, como meu trabalho docente estava progredindo e prometendo futuro, reconheci que era obrigação ler *O Capital* de Marx. Não podia ficar só nos dois ou três capítulos que havia lido. Tinha de ler a obra inteira, os três livros, aqui no Brasil, publicados em seis volumes. Mal sabia, porém, que lidos os dois primeiros livros e começando o terceiro, ouviria de um aluno de Filosofia, numa aula no IFCS, a pergunta que mudaria a minha vida intelectual, talvez a minha vida toda: -“O que é capital”? Assim, de surpresa, numa aula sobre mais-valia. Só que antes que eu esboçasse uma resposta, ele mesmo falou: -“Uma professora disse que leu *O Capital* inteiro e quando eu perguntei o que era capital ela não soube responder”.

Bastante avançado na leitura daquela obra, eu também não sabia. O aluno não estava de má intenção; ele queria a resposta e achava estranho que não fosse possível para quem tivesse lido aquilo tudo não saber o que seria o próprio título do livro. Só que do jeito que ele queria a resposta era impossível. Marx jamais se preocupou com a possibilidade daquela pergunta e ignorou que pudesse ser feita. Em todo o livro *O Capital*, Marx fala exaustivamente dos atributos do capital, daquilo que seria em ato e não em potência, isto é, daquilo que seria *para si* e não *em si*. Havia com clareza o que seria capital constante e o que seria capital variável, mas que isolados não produziam, só produziam conjugados. Era uma pista. Pensei e não falei. Deixei o aluno sem resposta, dando-lhe razão, porém prometendo que responderia na aula seguinte.

Em casa, na noite daquela quinta-feira, continuando na sexta-feira e no sábado, me debrucei sobre as principais proposições enunciadas n’*O Capital*, numa obsessão de assustar, concentrando no que seriam para Marx *capital constante* e *capital variável*. Consegui o que queria, e muito mais. A resposta a ser dada ao aluno estava pronta: n’*O Capital*, capital é força de trabalho, tanto na sua forma de representação direta em que é capital variável, na pura força

física dos homens, quanto nas diversas formas em que, conjugada com a razão ou com a imaginação, é representada nos instrumentos de produção produzidos pelos homens e nas matérias primas. Isso porque a força de trabalho materializa a *razão* e a *razão* concentra a força de trabalho noutra forma de representá-la, noutra forma de existir. A produção vem a ser decorrente da conjugação das diferentes formas realizadas e representadas de força de trabalho.

Não cabe expor aqui o amplo estudo das proposições básicas d'*O Capital* que fiz na ocasião e que acabei usando na dissertação de mestrado. Devo dizer que elas é que me levaram à conclusão de que a circulação de mercadorias de que Marx falou era subordinada, comandada por uma circulação de direitos de apropriação às diversas formas representadas de força de trabalho. Daí outra conclusão: as chamadas *crises econômicas* são colapsos de circulação de direitos, que mais tarde descobri serem também meios de comando, melhor representados, os direitos e os meios de comando, no dinheiro. Era a resposta que eu perseguira para a *Grande Depressão*.

Portanto, descobrira que o que chamam de *economia* não existe. O que está acima e subordinando tudo que vai da produção ao consumo vem a ser uma ordem jurídico-política de caráter monetário que, quando tem reduzido o seu alcance e fica ausente numa grande extensão da sociedade, provoca aquela que é chamada de *crise econômica*. Trata-se, pois, de um colapso de circulação de direitos ou meios de comando, fenômeno que, no mínimo, exclui grandes parcelas da população dos processos produtivos e lhes tira as possibilidades de consumir o que já estiver produzido.

Com o devido cuidado, peguei a *Teoria Geral* de Keynes mais uma vez. Entendi que, em Keynes, embora até possa ser mercadoria, haja vista a taxa de juros, dinheiro não tem origem na mercadoria, como dizia Marx, e concordei com ele. Fui além, confirmando: dinheiro é direito, objeto jurídico-político que ao ser acumulado é retirado de circulação e pode provocar diminuição da extensão das relações sociais voltadas para apropriação ou uso produtivo das formas de força de trabalho que ao serem conjugadas realizam a produção material.

Sem dificuldades, comecei a reconstruir no meu pensamento as representações das realidades sociais e daquilo que os homens procuravam significar nas vezes em que usavam a palavra *economia* ou o que pretendessem que a justificasse. Não me referia à *ordem na casa* e no direito de os gregos antigos terem criado para o ambiente doméstico essa palavra que, uma vez elevada a significar uma ordem em si não política das sociedades, acabou por

ser tomada por muitos como causa fundamental das ações humanas e explicação irrecorrível para pensamentos, ações políticas, intenções, gostos e tudo que apareça pela frente. Os gregos antigos não têm nada com isso, coisa da qual nem cheguei a duvidar, pois saltei logo da crença que trazia comigo para a certeza da negação do que hoje imaginam que *economia* signifique.

Com entusiasmo infanto-juvenil, dei a conhecer da minha descoberta, acreditando que me acompanhariam em estudos e discussões ou, pelo menos, começariam a rever por conta própria suas concepções de sociedade, de formação social. Qual o quê. Quando muito, diziam ser interessante o que eu pensava e continuavam inabaláveis em seus caminhos e com os seus imaginários nos quais *economia* continuava a ser uma suposta ordem concreta, objetiva.

Tentei falar dessa descoberta na minha dissertação de mestrado. Não consegui. Tanto me desentendi com meus orientadores que acabei desistindo de chegar ao ponto que mais desejava. Fiquei no meio do caminho que projetara; suficiente, porém, para obter o grau de mestre em Ciência Política, e mais: para receber da banca, pela primeira vez no IUPERJ, convite para publicá-la na *Série Estudos*. Minha dissertação *Laissez-faire e Intervenção: caminhos políticos do capitalismo*, a de número 74 a ser defendida e aprovada naquela instituição, foi a primeira a receber aquela distinção, aquele prêmio de publicação no número 24 daquela série.

Acreditei que, com aquela descoberta, outras descobertas às quais por conseqüência era levado e as novas ideias que comecei a ter não seria difícil entrar num doutorado e desenvolver ao máximo o que me proporcionavam. Ilusão; pura ilusão. Não havia ninguém que trabalhasse algo parecido na área de Ciências Sociais; não havia orientador possível. Mas era claro que não podia. Se as ideias eram novas, se a descoberta básica contrariava tudo o que se pensava a respeito, como encontrar alguém que pensasse alguma coisa parecida e estivesse desenvolvendo?

Estava seguro em relação ao que descobrira e que não parava de me levar a novas descobertas e a novas ideias. No meio acadêmico ou onde fosse possível, continuava a falar sobre ela e esperava por contestações, por tentativas de refutação, alguma coisa que me pusesse em dúvida. Jamais ocorreu. Mas foi por aí que senti que as pessoas fugiam de mim quando tentava essa discussão, principalmente os mais velhos, os de formação mais sólida, os mais confiantes. Por mais que me oferecesse, não encontrava nem onde nem com quem pudesse trabalhar minhas ideias. Foi o que me fez entender que estava sozinho, numa

solidão intelectual que precisava ser avaliada para ver que destino podia dar às minhas descobertas e ideias e, sem dúvida, a mim mesmo.

Lembrei-me do início da *Teoria Geral* de Keynes, daquela maneira de apresentar novas ideias que contrariavam as antigas sem dizer que as contrariava, indicando o único e especial caso, *tão raro quanto efêmero* do qual seriam procedentes. A dificuldade de aceitar novas ideias não estava na complexidade ou dificuldade que tivessem em si, e sim no apego às ideias antigas, na dificuldade de abandonar as ideias antigas. Não deu outra: lembrei-me do obstáculo epistemológico, lembrei-me de Bachelard.

Se já estudava Bachelard, passei a estudar ainda mais. Porém, quanto mais me esclarecia e me convenciam de que estava encontrando a resposta, mais me sentia só. Meu consolo eram os alunos de graduação. Eles aceitavam as ideias, mesmo não conseguindo dominá-las, e vibravam. Só que eles não podiam fazer por mim mais do que me dar aquela tão necessária demonstração de confiança.

Entendi que o maior problema era de fato relativo ao tema, à descoberta que fizera, porém, não pelas dificuldades próprias das novas ideias, e sim pelo que podia destruir de certezas nas muitas mentes formadas na crença da existência de *ordem econômica*. Para muitos, *economia* era o óbvio. Eu estava querendo contrariar, negar o óbvio. Para complicar, descobri que, na mesma língua, começara a usar uma nova linguagem, na qual a ausência do *econômico* como realidade objetiva, tratado como realidade imaginária, era o mais destacável, desafiador, até instigante, mas causador de um problema de comunicação difícilíssimo de superar.

Se já era um estudo interdisciplinar, ficou ainda mais. Ciência Política, História, Filosofia, Epistemologia, Sociologia, Antropologia, Direito e - por que não? -, Economia. Sim, Economia com *E* maiúsculo, a disciplina, a ciência, que, como as ciências que foram criadas ou tiveram suas bases na chamada *Revolução Científica Moderna*, tem relações com algum argumento político com fundamentos religiosos, daqueles que usavam não a Bíblia, mas a Natureza, por ser criação divina, como fonte do fundamento em Deus do conhecimento, imperativo do qual as ciências só começaram a se livrar a partir do século XVIII. Sem dúvida, ciência, para mim, passara a ter outro significado; deixara de ser aquela coisa dogmática e opressiva que tantos professores nos impuseram nas escolas. Até a Física de Newton, eu descobrira, mais precisamente com o seu *Sistema do Mundo*, fora criada para ser fundamento religioso de um ideal político.

Redigi um projeto com o título *Economia: obstáculo político e epistemológico*. Foram mais de 50 páginas explicando como construíra as bases a partir das

quais estava produzindo novas ideias e acreditava poder produzir outras. Resolvi guardá-lo esperando que aparecesse a oportunidade. Apareceu. Para minha surpresa, me chegou às mãos um folder do programa de pós-graduação do IEI, Instituto de Economia Industrial da UFRJ. Uma das ementas relativas às suas linhas de pesquisa, a de Economia Política, parecia ter sido escrita por mim. Confiei naquela afinidade, fiz a minha inscrição e fui selecionado para o programa de doutorado do atual IE, Instituto de Economia. Podia fazer um doutorado desenvolvendo o que descobrira e, como ainda iria comemorar, no melhor lugar possível para o tema.

Naquele programa, por não ter formação em Economia, fui obrigado a pagar disciplinas da área em nível de mestrado e tive de me esforçar muito para ler, ouvir e conviver com uma linguagem que, pelas razões do meu tema e da minha transformação, não podia nem queria assimilar, cuidando, porém, de não trabalhar com ela em traduções simultâneas para qualquer linguagem de Ciências Sociais. Tinha de respeitar e entender a linguagem dos economistas, mas preservar a linguagem nova que procurava desenvolver, entendendo com isso não o uso de novas palavras e sim o uso das mesmas palavras numa nova ordem de pensamento, no qual não haveria imagens ou ordens *econômicas* e no qual estas, que teriam de ser citadas por serem dos pensadores com os quais trabalhava, teriam outras relações e, por isso, novos significados.

Devo dizer que, se alguma vez tive medo de que rejeitassem minhas ideias naquele Instituto, passei a não me preocupar com isso, uma vez que havia um ambiente muito favorável a pensar em soluções políticas para aquele momento pelo qual o Brasil passava, que era aquele de inflação alta, ameaçando hiperinflação. Quem, no meio de tantas, me parecia a grande personalidade daquele programa de pós-graduação, a professora Maria da Conceição Tavares, dava exemplo, não parando de dizer nas muitas conversas extracurriculares, bem ao seu jeito: - “A solução para mim é política”. E encontrei em alguns professores dúvidas a respeito da pureza do que seria a *ordem econômica*. Não estava completamente fora d’água.

Com muito sacrifício, de várias espécies, concluí os créditos e fui aprovado num exame de qualificação de exigências extremas. Podia, enfim, me dedicar ao projeto teórico, preparar uma tese e submetê-la a uma banca interdisciplinar com maioria de economistas. Meu orientador, o professor Ricardo de Mendonça Lima Tolipan - a quem, *in memoriam*, dedico este memorial -, diante do que apresentei para desenvolver, resolveu me deixar livre. Nenhuma decisão poderia ter sido melhor. Ele entendeu o meu drama; entendeu que eu estava sozinho e que só podia mostrar a pertinência do que pensava depois de

desenvolver um longo trabalho. Não foi omissivo, queria notícias, acompanhava, no entanto, sem interferir. Proporcionou a liberdade intelectual que eu precisava.

Quando, depois de longo tempo, a tese estava próxima das condições de ser apresentada e defendida, a cerca de oito meses do encerramento do prazo, recebi de meu orientador mais uma aprovação informal e um pedido para que eu esperasse pelo seu regresso e recuperação da cirurgia cardíaca que iria fazer em São Paulo. O ajuste final e a defesa estavam próximos. Porém, na cirurgia, meu orientador sofreu uma embolia cerebral e, em consequência, um AVC que o deixou hemiplégico. Seu estado era grave e não podia receber visitas mesmo de volta à sua casa. De imediato, foi aposentado.

Fiz o trabalho de acertar a tese para defesa debaixo da notícia de que ele não voltaria e de que teria de encontrar outro orientador. Foi impossível. Não havia quem tivesse tempo disponível, muito menos quem aceitasse, por muitas razões acadêmicas, orientar em cima da hora. Não fosse o próprio professor Ricardo de Mendonça Lima Tolipan superar a pior fase daquele acidente e entrar em contato comigo a pouco menos de dois meses do fim do prazo, talvez as coisas tivessem complicado a ponto de ficarem incontornáveis.

Com meu orientador de volta, fiz, então, duas defesas de tese: a primeira na casa dele, somente para ele, exigência que me fez para me liberar para a defesa pública, na qual a tese, já com o título reduzido para *Economia: obstáculo epistemológico*, veio a ser aprovada e me deu o direito de receber o diploma de *Doutor em Ciências, Economia*.

Na tese concluída, as ideias já eram em número bem superior ao das ideias com que havia começado o trabalho. E não paravam de proliferar. Por isso resolvi não me dedicar à publicação integral do que havia defendido. Tinha ainda o que acrescentar e também de verificar de algum modo a recepção que aquelas ideias podiam ter. Assim que pudesse, destacaria algum de seus capítulos para publicá-los sob a forma de artigo. Foi o que fiz ao submeter o capítulo 8, intitulado *Dinheiro: realidade e representação*, para publicação na *Revista Internacional de Estudos Políticos* da UERJ. E nada podia ter sido mais significativo do que as palavras de aprovação do parecerista, que transcrevo pelo muito que representam em termos de compatibilidade com o que escrevi até agora neste memorial.

O trabalho *Dinheiro: realidade e representação* me parece de excelente nível. Trata-se de uma análise interdisciplinar, que vincula o tema não apenas ao mundo da economia, mas ao da história, direito e

sociologia. Acredito que os leitores dessa nova revista, assim como eu, muito aprenderão sobre o assunto. O meu parecer, portanto, é pela publicação do texto.

Foi a confirmação do que eu acreditava ser a qualidade da tese como um todo e não só daquele artigo. Para melhorar, soube que foi lido com aprovação no meio acadêmico próximo do tema. Talvez daí a razão de um dia ter sido convidado para compor a banca examinadora da tese do, hoje, professor da UFRJ Maurício Médiçi Metri, orientada pelo professor José Luís da Costa Fiori. O artigo foi citado na bibliografia daquela tese.

Cauteloso, porém, bem antes de começar a redigir a tese, reconheceu que não seria possível alguém aceitar aquelas ideias sem uma ampla discussão epistemológica, isto é, sem uma ampla discussão a respeito de criação (origem), estrutura (organização lógica do conhecimento em si) e valores do conhecimento. Para qualquer pessoa, querendo ou não aceitar aquelas ideias, seria impossível entendê-las sem uma discussão epistemológica prévia. Por isso, na tese, dediquei os dois primeiros capítulos a essa necessidade de esclarecimento de suas bases epistemológicas. Não esperava é que um problema me aparecesse e que para ele tivesse de encontrar uma solução que nada mais veio a ser que uma nova noção: a de inconsciente científico.

O problema é que o título da tese não encontrava correspondência no desenvolvimento feito por Bachelard em torno da noção de obstáculo epistemológico. Em Bachelard, obstáculo epistemológico foi tratado como quase somente pertencente aos componentes psicológicos do conhecimento, raramente resvalando para componentes de caráter social ou político. Minha sorte é que o pensamento de Bachelard não fecha a questão e dá abertura para que esses componentes sejam explorados. Foi o que fiz usando Sociologia. O resultado foi o capítulo 2, *Obstáculo Epistemológico e Inconsciente Científico*, que, segundo um dos membros da banca examinadora da tese, a professora Marly Bulcão, conhecida aqui e na França por seus trabalhos sobre Bachelard, mereceu a sua aprovação.

Só que a professora Marly Bulcão não se limitou àquela aprovação. Pertencente a *l'Association des Amis de Gaston Bachelard*, que publica os *Cahiers Gaston Bachelard*, foi convidada para coordenar uma edição especial com o título *Bachelard au Brésil*, e me honrou com o convite para publicar naquele número o capítulo 2 da minha tese na forma de artigo, devidamente traduzido para o francês por uma especialista.

O problema é que o capítulo ultrapassava em muito o número limite de páginas definido para os artigos daquela publicação, que é de 14 (quatorze) páginas. E, de acordo com a diagramação daqueles cadernos, meu capítulo dava um total de 23 (vinte e três) páginas. Não podia ser publicado. Então, o diretor daqueles cadernos resolveu fazer uns cortes para reduzi-lo. O total ficou em 19 (dezenove) páginas. Continuou bem acima do limite. Cheguei a desanimar quando soube do problema. Porém, na reunião do *Comité de Rédaction*, decidiram abrir uma exceção e publicá-lo. Assim, quero crer que a noção que criei e desenvolvi de *inconsciente científico* foi publicada na França pelas *Éditions Universitaires de Dijon* indicando a sua aprovação por aqueles que são os principais responsáveis pela preservação e divulgação da obra de Gaston Bachelard.

Para confirmar essa aprovação e o meu direito de participar entre aqueles que estudam a obra de Gaston Bachelard, a *Association des Amis de Gaston Bachelard* me convidou para o *Colóquio Internacional Bachelard: Razão e Imaginação*, realizado na UERJ, no qual apresentei o trabalho *De Bachelard para as Ciências Sociais*, que foi publicado no livro organizado pela professora Marly Bulcão que tem o título daquele colóquio.

Mas, apesar de toda a importância que dou à linha de pesquisa epistemológica aberta pela descoberta da inexistência de *economia*, não me limitei a ela. Tinha outra grande obsessão. Com minha maneira de pensar transformada, há muito desenvolvo estudos sobre política brasileira contemporânea, mais precisamente sobre o Brasil republicano, sobre o qual tenho vários artigos publicados e um livro esclarecendo um dos seus mais intrigantes fatos: a renúncia de Jânio Quadros ao mandato de presidente da República.

Nessa linha de pesquisa, consegui chegar também a várias ideias novas. Uma delas, em combinação com os estudos da outra linha, me levou a falar da oposição entre comando estatal e comando privado do capitalismo no Brasil e à conclusão de ser incorreto o uso da expressão *intervenção do estado na economia* ou aquilo que eu mesmo indiquei no título da minha dissertação de mestrado, *Laissez-faire e Intervenção: caminhos políticos do capitalismo*, querendo dizer intervenção do Estado no capitalismo. Seja qual for desses objetos aquele que se queira dizer que está sob intervenção, *economia* ou capitalismo, termina por indicar uma ordem não política, o que se tornou impossível de aceitar depois que mudei minha concepção de realidade social.

De maneira diferente, digo que o problema não é de intervenção e sim de comando do capitalismo. Daí indicar que no Brasil, desde a Revolução de 1930,

na qual o mais importante dos ideais estava no de industrialização do país, que em todo o canto do mundo tem a ver com novas possibilidades bélicas e atraí militares para ele, a principal crise do século XX foi relativa à definição daqueles que deviam ser os comandantes supremos do capitalismo: ou o Governo ou a burguesia, então pequena e muito localizada. Desde novembro daquele ano, quando por meio de intervenção o Governo Provisório encerrou o chamado *Governo de Quarenta Dias* em São Paulo, começou a crise que se expressou na Revolução Constitucionalista de 1932, noutras ações políticas como consequência daquela revolução e terminou com a UDN e pequenos partidos afins de um lado e a coligação de raízes getulistas PSD-PTB de outro, nos quase 19 anos que foram de uma ditadura a outra.

Na linha de pesquisa sobre o Brasil, segui estudos de conjuntura internacional e acabei por escrever um artigo com o título “*Mercado*” e “*Globalização*”, assim mesmo, com aspas, que me levou a uma história curiosa, irônica, que bem mostra as dificuldades de se ter novas ideias e se fazer entendido.

Estimulado por um ex-aluno, Weber de Barros Junior, que fez a versão desse artigo para o espanhol, cuidei de enviá-lo para que o submetesse à avaliação do comitê editor da *Revista de Historia y Sociedad Peru Contemporâneo*, da Universidad Nacional Mayor de San Marcos, que estava por lançar o seu primeiro número. Mais do que aprovado, recebeu a distinção de ser o artigo de abertura daquela revista. Porém, apesar de falar de “mercado” entre aspas e de não usar a palavra *economía*, tive a meu respeito as seguintes palavras na contracapa:

EN ESTE NÚMERO: Valter Duarte, economista brasileño, reflexiona sobre las implicancias ideológicas del mercado y la globalización.

Pois é, *economista brasileño*, e nem mandei nada assim ligado ao meu nome, nem referência ao grau de doutor que recebi no Instituto de Economia. Por isso, que tem sido tão comum acontecer comigo, é que tenho tomado todos os cuidados possíveis nas minhas relações acadêmicas e tenho procurado agir com responsabilidade, duvidando do direito que tenho de contrariar quem não pensa como eu e, ao mesmo tempo, por me abster de contrariar, preservar minha maneira de pensar, sem enganar, sem fingir que penso como pensava antes, que era mais próximo de como, em geral, alunos e professores continuam pensando em relação a *economía*.

Na minha experiência no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política do IFCS, nas poucas vezes em que dei a conhecer minha maneira de pensar, senti que podia causar problemas. Evitei. Deixei os alunos à vontade e que viessem os que se interessassem em fazer algum trabalho na linha de pesquisa *Epistemologia e Política*. Para estudar sem compromisso, vieram vários; para ser orientado e redigir a dissertação, somente um, que foi Rafael Baère da Cunha, cuja dissertação *O Nascimento da Democracia ou Política e Oralidade Helenas*, na qual fez farto aproveitamento de meus trabalhos, foi aprovada com louvor e com indicação de publicação.

Nesse progresso calmo, nem um pouco forçado ou autoritário, registro também a dissertação defendida no ICHF da UFF, no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política daquela universidade, por um ex-aluno de graduação do IFCS, Ricardo Gaulia Borrmann, *Tal mercado, Tal príncipe: o Paradigma da Perfeição na Economia Política Burguesa*, na qual citou muitas passagens de minha tese e mostrou o quanto aceitou as ideias das aulas dos tempos da graduação.

Em prosseguimento, vale falar, em resumo, de meus principais resultados de pesquisa, de algumas dessas descobertas e ideias que digo que me transformaram e me levaram à solidão intelectual, como também me levaram a apurar o meu senso de responsabilidade para divulgá-las e torná-las aceitáveis, pois isso, é conveniente repetir, não depende das qualidades ou dificuldades que possam ter. Mesmo que não relacione todas nem faça referência a todos os trabalhos em que elas estão, será possível dar uma noção do que contrariam e do que valem como desafio para transformações intelectuais.

A primeira delas já foi aqui falada e veio a ser a razão da ruptura com a minha formação anterior e da entrada numa nova formação, em rigor, transformação: a descoberta de que *economia*, ou *ordem econômica*, não existe, apresentada com volumosa fundamentação epistemológica na tese *Economia: obstáculo epistemológico*, para a qual acrescentei recentemente o subtítulo *estudo das raízes políticas e religiosas do imaginário liberal*, e na qual falo da criação do imaginário econômico, dos seus fundamentos religiosos e da sua adoção política.

Decorrente dela, repetindo, veio a ideia de que a chamada *economia* vem a ser um conjunto de relações jurídico-políticas no qual circulam direitos ou meios de comando, que são as criações monetárias, dinheiro. Por isso, as chamadas *crises econômicas* vêm a ser colapsos de grande extensão da circulação

de direitos ou meios de comando nas relações nacionais ou internacionais relativas aos objetos que vão da produção ao consumo.

Dinheiro é um elemento jurídico-político, expressão da violência legítima monopolizada por Governos nos seus domínios territoriais, sendo distribuído por estes como objeto de específica política pública e confrontado entre eles como objeto de relações internacionais. Não é meio de troca de mercadorias, nem reserva de valor, pois o que guarda em si é direito ou meio de comando definido de modo aritmético e assim relacionado. Sua origem na história está provavelmente no momento em que as moedas, que eram criadas por prerrogativas de líderes de povos - reis ou imperadores - para homenagear, passaram a ser utilizadas na vida militar para substituírem os saques como forma de retribuição e premiação dos guerreiros. Nos dias de hoje, é produzido em segredo político por Governos ou bancos centrais, sendo usado principalmente no aproveitamento de suas possibilidades não militares, possibilidades essas que ao serem desenvolvidas contribuíram de modo decisivo para a ideia de *ordem econômica* e a sua aceitação.

Como a descoberta básica exigia, desenvolvi fundamentos epistemológicos que levaram a novas ideias em relação a valores do conhecimento, que hoje têm destaque próprio e, mesmo quando não são apresentadas de modo explícito, porque nem sempre é possível, estão presentes em grande parte do que escrevo e do que falo nas palestras, nas apresentações de trabalho, nas aulas, sempre com cuidado. De grande importância, pelo que pode transformar, é a ideia de que o aparecimento histórico do ideal de verdade-adequação, principal imperativo da concepção de saber ou conhecimento como ato de reprodução, que é o que nos domina do ponto de vista cultural, tem raízes políticas vinculadas a um projeto de dominação e construção de uma ordem universal e hierárquica de povos.

Ainda nessa linha, lembro a ideia de *inconsciente científico*, sobre a qual falei e do trabalho publicado em que está desenvolvida e demonstrada, e a de que a Natureza foi descoberta como meio de fundamentação política em Deus, como fez o jusnaturalismo, que é uma das mais importantes raízes das chamadas *ciências modernas* e da Economia Política. A Natureza foi a fonte de fundamentação divina por meio da qual o conhecimento laico escapou das autoridades eclesásticas, conquistou autoridade e possibilitou a chamada *Revolução Científica Moderna*.

Lembro ainda a ideia, talvez somente uma descoberta, mas de grande importância, de que civilização, de fato, é um processo relativamente recente, iniciado apenas no final do século XVII na Inglaterra, como está fundamentado

no capítulo 4 da tese, *Civilização e Burguesia*, processo esse que se espalhou pelo mundo a partir do século XIX e que é mais recente ainda no Brasil, como está fundamentado no artigo *Fernando Henrique e a Civilização*, publicado na *Revista de Ciência Política Acheegas.net*, em 2003.

Há muitas outras ideias, novas, sem dúvida, porque foi um novo mundo que se abriu e não para de me levar a outras ideias e a fazer novas descobertas. Acontece que não seria de bom-tom continuar a relacioná-las. Tenho mais é que lutar para divulgá-las e deixar uma ampla frente de novos estudos para que outros se interessem e prossigam com elas. No conjunto, confesso que fazem parte também da luta em que me empenho contra o individualismo, que é crescente no Brasil e põe em perigo o próprio espírito comunitário do povo brasileiro. Luto contra esse crescimento de valores individualistas, hoje tão freqüentes na Ciência Política praticada no Brasil, até nos textos de caráter mais propriamente sociológico que escrevi, como o que leva o título de *Morte Social* e está no livro *Arte de Envelhecer*, em cuja contracapa está destacado um trecho de meu artigo.

A Terceira Idade, vista como a persistência da vida biológica apesar da *morte social*, não leva uma sociedade como a nossa apenas à indiferença ou ao desprezo em relação aos seus *cadáveres*. Ela não se limita também à expectativa da chegada da morte biológica. Está na sua rotina providenciar o *sepultamento* de todos eles. E esse *sepultamento* ocorre quase que diariamente nas muitas maneiras de afastá-los do contato com os *vivos*, segregando-os em quartos, em varandas, em quintais e muitas vezes até naquilo que possa ser considerado simplesmente *uma distração, um passatempo*, como um jogo de cartas numa praça, um encontro diário com antigos amigos num botequim.

Com efeito, antes de encerrar esta parte sobre pesquisa, preciso falar de mais uma das descobertas: a do ideal de equilíbrio político de James Harrington, exposto no livro *The Commonwealth of Oceana*, escrito em 1656. Esse ideal ganhou um modelo matemático no *Sistema de Mundo* de Newton, cujas bases todos nós somos obrigados a aprender nas escolas, e virou modelo de ordem civil pura no *sistema de mercado* de Adam Smith. O ideal de Harrington tem um princípio político, que chamo de princípio da não preponderância, que foi parar na Constituição dos Estados Unidos da América, em 1787, e está na nossa

Constituição de 1988, como esteve nas nossas constituições anteriores da República, tudo isso sem termos a menor consciência dele.

Falei dessa obra e desse princípio no item c do capítulo 6 da tese e no artigo que publiquei com o título *Saber Matemático Saber Político*, no qual falo das diferenças de qualidade entre esses dois tipos de saber, sendo que é parte da luta em que me empenho para mostrar a especificidade do conhecimento das Ciências Sociais de modo a não permitir que as encerrem em qualquer saber matemático ou em qualquer metríca.

Em 2015, depois de muitas revisões e acréscimos, com as ideias aqui destacadas e o desenvolvimento de outras, o trabalho com base na tese de doutorado foi publicado na íntegra pela EdUERJ, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Decerto que foi publicado com o título original e o subtítulo acrescentado: “Economia: obstáculo epistemológico (estudo das raízes políticas e religiosa do imaginário liberal)”. O texto da orelha dá uma boa indicação das ideias nele tratadas:

Dizer que “economia” não existe e provar esta afirmação não é muito difícil. Difícil é mostrar como “economia” e todas as imagens e razões construídas em seu nome tornaram-se esse poderoso fenômeno cultural dos dias de hoje. É o que faz este trabalho interdisciplinar vinculando política e religião a razões argumentativas filosóficas e Dizer que “economia” não existe e provar esta afirmação não é muito difícil. Difícil é mostrar como “economia” e todas as imagens e razões construídas em seu nome tornaram-se esse poderoso fenômeno cultural dos dias de hoje. É o que faz este trabalho interdisciplinar vinculando política e religião a razões argumentativas filosóficas e científicas, indicando-as como inconsciente do imaginário e das bases racionais desse fenômeno.

Criado pelo exaustivo argumento de Adam Smith n’A Riqueza das Nações em contrário às práticas monetárias com que comandam as relações sociais da produção ao consumo e fazem do dinheiro o seu próprio fim, esse imaginário foi utilizado de maneira contraditória em favor das atividades burguesas que pretendeu condenar. Atribuir à natureza humana a sua origem – em rigor, a do “sistema de mercado” - foi o meio de fundamentá-lo em Deus para ser tratado como realidade insofismável e indiscutível.

Tratá-lo como obstáculo epistemológico é a proposta para superá-lo e começar novo tempo de estudos e conhecimento em que o

imaginário “econômico” não tenha mais lugar e sem ele tenhamos condições de esclarecer não só essa falsa representação da realidade como os caracteres da violência que, ao invés das necessidades de sobrevivência, domina e comanda a diversidade dos trabalhos humanos.

É essa, enfim, a apresentação resumida do meu mais importante e prolífico trabalho. Com ela, encerro a parte sobre pesquisa, considerando que fiz comigo mesmo a injustiça de não comentar os demais trabalhos que listei no meu relatório de atividades, não por irrelevância da produção, mas pelo bom-tom de dar limites a este memorial.

Extensão

Particpei de várias atividades de extensão nas universidades em que trabalho, ora a convite, ora de minha própria iniciativa. Entre as que devo destacar neste memorial, lembro o *Seminário Sobre Métodos Qualitativos de Análise de Projetos Sociais*, seminário internacional realizado na UERJ, em 1986, no qual tomei parte como coordenador. Aproveitei muito o intercâmbio com pesquisadoras norte-americanas e com os participantes brasileiros, tomando conhecimento de métodos relativos à avaliação de políticas públicas com os quais não tivera contato nos cursos de graduação e de pós-graduação que havia feito.

Na vice-chefia do Departamento de Ciência Política do IFCS da UFRJ, elaborei um projeto para uma série chamada de *Grandes Autores Grandes Obras Grandes Debates*. Teve início com um evento relativo ao *Bicentenário de Nascimento de Augusto Comte*, no qual tomaram parte vários membros da Igreja Positivista. Na mesma ocasião, foi repetido com sucesso no IFCH da UERJ. Mas não teve continuação. Há momentos em que a solidão não ajuda. No entanto, apesar de passado muito tempo, tenho vontade de recuperá-lo. Aquela única experiência foi suficiente para mostrar a importância da interação entre a universidade e a comunidade externa, as contribuições de parte a parte que são a razão de ser das atividades de extensão.

Há muitos anos dou aulas e faço palestras no Centro Cultural Martí Popular de Nova Iguaçu, sempre vinculando minhas atividades acadêmicas e as universidades em que trabalho àquelas e a outras atividades daquele centro. Em geral, são atividades promovidas por professores daquele município e são realizadas no Instituto de Educação Rangel Pestana. São eventos que dão oportunidade de conhecer as demandas intelectuais dos profissionais de

educação de uma cidade, não tão distante em espaço, mas muito afastada de nós em termos de possibilidades de discussão e de estudos de temas políticos, principalmente. Por isso, prossigo à disposição deles.

Lembro também a experiência que tive como orientador no *Projeto Alunos na Praça: fundamentos para uma atuação extracurricular* com estudantes de Medicina, Psicologia e Ciências Sociais da UERJ, que promoviam as mais variadas atividades no bairro da Tijuca, em especial em comunidades carentes. Foi uma troca de experiências estimulante e produtiva a que compartilhei com eles. Tratou-se de temas de saúde pública, de tempo e espaço de lazer operário, de como as relações entre médico e paciente na rede pública são pensadas por pessoas carentes, das condições sociais de famílias de baixa renda cumprirem as prescrições médicas e de outras questões relativas a essa esfera da vida social. Como principal retorno para os alunos, veio o entendimento da importância de adquirir formação interdisciplinar para pensar em políticas públicas e exercer profissões na área de saúde.

Mas as atividades de extensão que me são mais caras foram as duas relativas às lembranças do ano de 1968, cadastradas e realizadas na UERJ, tendo uma delas excelente repercussão em todo o país devido à divulgação nos meios de comunicação de massas. Foram eventos que lembraram as lutas contra a ditadura militar, exaltando, em especial, a coragem da turma de médicos formados na então UEG, em 1972, que num daqueles *anos de chumbo*, em pleno Teatro Municipal do Rio de Janeiro, completamente lotado, insurgiu-se contra a proibição de homenagear o colega de turma assassinado pela polícia numa manifestação estudantil, em 1968, e teve como castigo imediato a suspensão da cerimônia de colação de grau em pleno andamento.

Aquela turma sofreu ameaças, foi obrigada a colar grau em pequenos grupos no gabinete do diretor da faculdade, sob a vigilância de pessoas estranhas ao ambiente universitário, e teve postergada a entrega dos diplomas e do restante da documentação necessária para o início da vida profissional. Mesmo assim, seus jovens médicos não se curvaram, não cederam a nenhuma das chantagens que sofreram, e mantiveram durante muitos anos a vontade de cumprir a homenagem ao colega assassinado.

Por minha iniciativa, que fiz parte daquela turma, mas não concluí o curso médico no mesmo ano por motivos que não devo aqui comentar, foi realizada, em 2008, com apoio do diretor da Faculdade de Ciências Médicas e do reitor da UERJ, a cerimônia de colação de grau daquela turma, que hoje tem, finalmente, como todos os seus componentes desejavam, o nome de Turma Luiz Paulo da Cruz Nunes.

E, como parte daquela recuperação da autoestima coletiva, com significado de comemoração de vitória sobre a ditadura, mesmo que junto com seus terríveis dias tenha ficado no passado, foi realizado o evento *1968: o ano em que nos formamos estudantes*, no Teatro Noel Rosa da UERJ, retrospectiva daquele ano em forma de peça teatral, escrita e dirigida por mim com participação de alunos dos cursos do IFCH e do coral da UERJ.

Outras atividades externas

Embora não sejam atividades consideradas de extensão, penso que, devido a alguma forma de envolvimento com a comunidade externa, mereçam lembrança nesta seção as muitas participações em programas de rádio e televisão, os artigos escritos em jornais de grande circulação, bem como outros meios de contato com a sociedade que permitiram divulgar parte da produção de conhecimento. Por conta dessas participações, muitas vezes fui procurado por pessoas que haviam ouvido ou visto um programa, ou lido alguma coisa que escrevi. Queriam que lhes esclarecesse alguma coisa ou mesmo manter contato com alguém de um meio, o universitário, muitas vezes visto por elas como algo misterioso e cheio de gente incomunicável. Não os deixei em falta. Como convém nos dias atuais, deixo e-mail para contato e mantenho longa correspondência com os que me solicitam pareceres, comentários e coisas assim sobre a esfera política.

Como foram muitas, e devo dizer que nem todas estão relacionadas no *curriculum vitae*, seleciono apenas algumas dessas participações, sempre representando as universidades em que sou professor, para dar ideia dessa importante relação com os meios de comunicação. Começo pela lembrança da entrevista que dei à *Folha Dirigida*, jornal especializado em educação, que teve o título de *Ensinar a Pensar*, escolhido pelo jornal. Lembro-me da repercussão favorável que teve e do longo período em que fiquei como uma espécie de consultor informal do jornal e de certa vez ter sido chamado para outra entrevista, então sobre o tema *Ciências Sociais: interpretando a realidade*.

Não terá sido por causa disso nem das participações em programas de televisão que um dia me chegou um pedido do jornal *O Povo* de Fortaleza, no mínimo, comprometedor para um professor de Ciência Política. Queriam um artigo sobre *amor sexual* e disseram que a razão de entrarem contato comigo era porque eu seria especialista em pornografia. Não entendi a razão, mas resolvi aceitar aquilo como um desafio para mostrar não só que eu não era nem especialista teórico ou prático em pornografia, como para mostrar que pensava

aquele tema de modo diferente, e que valia a pena publicar o que pensava exatamente por contrariar as mais comuns expectativas em relação a ele. Escrevi o pequeno texto *Erotismo e Pornografia*, que o jornal resolveu publicar com o título *Amor Sexual e Irracional*, mostrando que por lá não o leram ou não o entenderam bem. Mas a troca de título pouco importa, porque o pequeno texto significa uma pequena joia para mim que, nas aulas da eletiva Teoria Política de Max Weber, tenho dado a conhecê-lo aos meus alunos, que o recebem muito bem.

Um dos convites para colaborar com jornais de grande circulação acabou também por me levar a outro inesperado tipo de trabalho intelectual: o de escrever - vamos dar esse nome - microartigos políticos. Sempre sobre temas do dia-a-dia, limitados a 1700 caracteres com espaços, o que não chega nem a 300 palavras. Tinha de dar um jeito de me explicar naquele cantinho de jornal que, segundo soube, repercutia. Era difícil, mas sempre conseguia resolver o problema. Pena que, devido ao falecimento do jornalista que me convidava para escrevê-los, aquela colaboração acabou. Hoje, guardo os 21 (vinte e um) microartigos que escrevi para o jornal *O Dia* entre as coisas que mais gosto de ter feito e que, tenho certeza, me fizeram digno da minha profissão e das universidades que represento. Por isso, transcrevo um deles, no qual tratei o tema pedido à luz de certos princípios de políticas públicas que consegui condensar em poucas palavras. Vale lembrar a data da publicação: 26 de outubro de 2007.

DEPOIS DO CONFRONTO

A política de confronto tem sua razão de ser na medida em que não se pode permitir que haja dúvidas a respeito de quem tem o monopólio do uso legítimo da violência. Vacilar nessa iniciativa, permitindo que quadrilhas dividam o território público em áreas nas quais o governo não entra, contradiz a própria existência das autoridades. Porém, não se pode confundir operações policiais com operações de guerra convencional, quando tendemos a aceitar vítimas civis como acidentes inevitáveis, talvez porque sejam parentes dos inimigos, o que é de uma crueldade a toda prova.

Apesar das relações de parentesco ou amizade que possam ter com os traficantes, os moradores das favelas não podem ser tratados como um outro povo com o qual o invasor não assumiu responsabilidade pela segurança. Devem ser preservados e

defendidos como qualquer cidadão. E mesmo que sejam usados como escudos humanos, dificultando assim as operações, é obrigatório encontrar uma solução para não atingir inocentes.

Além disso, se a política de confronto for realmente o imperativo do momento, deve ser levada a efeito apenas uma vez. Não se pode deixar as populações mais desfavorecidas da sociedade entregues à própria sorte. O passo seguinte deve ser a ocupação dos pontos estratégicos hoje ocupados pelo tráfico para garantir políticas voltadas a saneamento básico, assistência médica, educação, áreas de lazer e outras necessidades que o poder público pode muito bem atender. O problema será enfrentar os protestos da nossa população cada vez mais individualista, para a qual a solução é matar o máximo de traficantes, como se não fosse fácil nas condições de vida das nossas favelas a sua reposição.

Esse e os demais microartigos, bem como as coisas que falo nas entrevistas, palestras e conferências, têm relação coerente com o que produzo nas linhas de pesquisa. Por isso mesmo, em nenhuma dessas participações fiz qualquer referência a *realidades econômicas*, a *economia*. Não falar nesse imaginário não me impede de pensar nem de dizer nada, nem fico sujeito a contestações dessa ordem que não possa refutar. Mas confesso que procuro evitar o confronto. Não sei se chegou a hora, ou quando chegará, de partir para enfrentar as resistências, os obstáculos epistemológicos que estão no caminho. Aliás, somente por grande necessidade de argumentar, aconteceu duas vezes em programa de televisão ser obrigado a dizer que *economia* não existe. Recebi várias mensagens por correio eletrônico pedindo a tese. Como ainda não estava como eu queria para ser publicada, só mandava a introdução, que indica o roteiro teórico.

Para encerrar esse item, quero lembrar, entre as muitas participações nos programas de rádio e televisão, a participação no documentário apresentado na TV Universitária e exibido no Festival de Cinema de Gramado, *Especial UERJ – 30 Anos de Anistia*. Como participante das lutas políticas e estudioso da realidade brasileira, está lá o meu depoimento.

Administração

De 14 anos para cá, assumi atividades administrativas na UERJ e na UFRJ que exigiram de mim intensa dedicação. Não diria que tanto na UERJ, onde fui

coordenador da área de Ciência Política durante nove anos, quanto na UFRJ, na qual desde a criação do Departamento de Ciência Política, em 1997, trabalhei muito e de várias maneiras.

No IFCH da UERJ, meu problema não passou das providências para manter a disponibilidade de professores de Ciência Política e as escassas vagas de monitoria, o que raras vezes deu dificuldades. No IFCS, porém, as coisas oscilaram de tal modo que houve momentos em que o Departamento de Ciência Política parecia não ter mais condições de continuar.

Criado por iniciativa do professor Aluizio Alves Filho, hoje aposentado, o Departamento de Ciência Política teve como seu momento de fundação aquele em que uma grande e expressiva votação dos alunos de ciências sociais do IFCS elegeu a ele, professor Aluizio Alves Filho, como chefe, e a mim, como vice-chefe, para os encargos da primeira chefia.

Assim legitimados, tomamos posse por ato da Direção do IFCS, mas não fomos reconhecidos nas instâncias superiores da UFRJ e, por isso, o professor Aluizio Alves Filho cumpriu seu mandato sem receber gratificação. Foram tempos difíceis, nos quais, por necessidade de expandir a Ciência Política nos cursos da UFRJ, não podíamos desperdiçar a oportunidade criada pela adoção da cadeira de Ciência Política no curso de Administração da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Por isso, ao lado das cadeiras que oferecia no IFCS, assumi as turmas abertas naquela unidade durante oito semestres. Dessa maneira, contribuí de modo decisivo para a consolidação da cadeira naquele curso, o que depois nos daria preciosos pontos na contagem da COTAV, Comissão Temporária de Alocação de Vagas, na hora da distribuição de vagas para concurso na UFRJ.

Naquela primeira fase, realizamos o evento comemorativo do Bicentenário de Augusto Comte, um evento de cultura popular e abrimos grupos de estudos com os alunos. Foram dois anos de empenho para consolidar o departamento e preparar as condições para o programa de pós-graduação em Ciência Política que veio a ser implantado.

Assim que deixei a vice-chefia, passei a fazer parte da COAA, Comissão de Orientação e Apoio Acadêmico, participando de tudo que literalmente diz o nome dessa comissão, e também como membro efetivo da banca examinadora das Provas e Entrevistas para Transferência Externa, transferência Interna e Isenção de Vestibular do Curso de Ciências Sociais de 2000 a 2003, voltando em 2005 e 2007.

Mas o grande trabalho veio em 2004. Indicado e aprovado em sessão plenária pelos demais professores para a chefia do Departamento de Ciência

Política, assumi a função quando grandes dificuldades começaram a aparecer e a aumentar. Num quadro que já não era numeroso, vários professores tiveram necessidade de afastamento ou licença por diversos motivos, principalmente de saúde. Em pouco tempo, o departamento ficou à beira do colapso do atendimento de suas obrigações. A necessidade de ter professores substitutos aumentou, sempre exigindo relatórios e mais relatórios justificando os pedidos daquelas contratações temporárias. Até em relação a monitores nosso número era precário. Só tínhamos um. E a previsão de aposentadoria dos poucos professores com que contávamos era para breve.

Entrei na luta para que, em primeiro lugar, o Departamento de Ciência Política não se tornasse insuficiente para as demandas da universidade nem ficasse ausente dos processos decisórios do IFCS. Durante todo o tempo em que estive na chefia, representei o departamento na Comissão de Revalidação de Diplomas do IFCS e, sem dúvida, na Congregação, onde já fora representante dos nossos professores adjuntos. Consegui aumentar o número de monitores para seis, participando de 2005 a 2009 das bancas de seleção desses bolsistas. Era imprescindível manter Ciência Política no programa de monitoria dada a sua importância na hora de prestar contas das nossas atividades e reivindicar o que precisávamos. Da mesma maneira, foi possível manter e até aumentar o número de professores substitutos, o que mais tarde veio a nos garantir vagas para concurso.

Sim, concurso para professor adjunto de Ciência Política. Parecia que jamais haveria. Éramos os últimos da fila na relação que o IFCS consolidara numa reunião da Congregação prevendo novas distribuições. A Direção do IFCS bem que procurava ajudar, mas a disputa por vagas era acirrada, difícil. Era preciso perseverança, paciência e atenção.

Enquanto esperava aparecer alguma vaga, começaram a aparecer problemas de saúde entre os professores, e até em mim, que estava com dificuldades físicas e precisava de uma cirurgia, coisa que acabei deixando para quando não pude mais postergar. E justamente na época do primeiro concurso depois de muitos anos para uma vaga de professor adjunto de Ciência Política, tive de aproveitar minhas férias para sofrer a intervenção cirúrgica. Voltei, ainda na fase pós-operatória, para acompanhar o final do concurso.

Então, sabendo que tinha condições de aproveitar tudo aquilo que deixara providenciado para expandir as vagas de Ciência Política, e contando com o apoio da diretora do IFCS, a professora Jessie Jane Vieira de Sousa, não descansei enquanto não consegui todas as vagas a que tínhamos direito. Num fato inédito na história da UFRJ, às custas de muita luta, foi possível obter mais

cinco vagas no prazo de validade daquele concurso. Ao todo, foram seis novas contratações de professores no espaço de um ano, todos aprovados no mesmo concurso. O Departamento de Ciência Política estava próximo das condições para atender às demandas mínimas por Ciência Política na UFRJ.

Disse que estava próximo porque, apesar das novas contratações, ainda não tínhamos o número necessário de professores para cumprir nossas obrigações de regência de turma. Por isso, no segundo semestre de 2009, quando depois de duríssimos cinco anos lutando pelo departamento passei a chefia para outro professor, ainda assim não descansei. Sabendo que não tínhamos professor para a turma de Administração da FACC, lá fui eu para o *campus* da Praia Vermelha dar aulas para uma terceira turma. Isso mesmo: além das duas turmas obrigatórias de cada professor, peguei outra para não deixar o Departamento de Ciência Política faltar com as suas obrigações. Sem dúvida, sem ganhar nada, salvo a satisfação de resolver um problema. Não custa lembrar também que só nos últimos dez meses de gestão, com o departamento oficialmente reconhecido, passei a receber a gratificação de chefia. No fundo, mais do que a gratificação, valeu o fato de ter saído o reconhecimento oficial do Departamento de Ciência Política.

Sei que não estive sozinho nessa reconstrução daquele departamento, haja vista a colaboração de professores e de alunos com que contei. Porém, eles mesmos reconheceram o quanto dei de mim por esse resultado, o quanto me dediquei. Por isso registraram em atas do Departamento de Ciência Política e da Congregação elogios à minha conduta em todo aquele processo. A realidade do Departamento de Ciência Política é outra, muito diferente daquela que peguei em 2004 quando assumi a chefia. A Ciência Política está sólida e em expansão na UFRJ. Não é diferente a sua realidade na UERJ, para a qual colaborei como coordenador de área, lecionando e orientando monografias.

Conclusão

Decerto que gostaria de falar de muito mais daquilo que fiz: dos artigos, das palestras, das aulas, das diversas apresentações de trabalho e dos diversos resultados de meus estudos que ainda estão por ser divulgados. Não por narcisismo ou algo semelhante; jamais. Memorial, porém, tem limites. É preciso respeitá-los. Não há como falar do significado e do valor de tudo que foi feito numa carreira de longos anos e tantas atividades. Chega-se num ponto em que é preciso confiar e parar.

Se alguma coisa pode e deve ser dita nas últimas palavras deste memorial só pode ser a respeito do caráter da minha vocação para ser professor e estudioso de Ciências Sociais. Entreguei-me a ela, usando palavras de Max Weber, com dedicação apaixonada. Mas nunca me esqueci das inevitáveis relações políticas de quem se dedica a essas ciências, quanto mais à Ciência Política, e da responsabilidade de trabalhar em universidades públicas. Por isso, em toda a minha vida acadêmica, fui, em primeiro lugar, um servidor público. Minha carreira é consequência de pensar assim. É a razão mesmo de ter reunido de maneira indissociável ensino, pesquisa e extensão, além de administração, na minha vida profissional.

Se hoje solicito a promoção para Professor Titular de Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, devo dizer que preservo em mim a consciência de professor responsável pela honra e pela qualidade da universidade pública e gratuita, consciência inseparável da minha vocação.